

**ILMO.S(A) SRS.(A) MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
DIRETORIA DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC  
Endereço: Rua João Emilio, 100 – Centro – Navegantes – SC**

**Ref.:** Recurso Administrativo contra resultado da Ata da Sessão 002/2021 – Seleção de Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Protocolo físico nos termos do Edital

**FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

– **FUSAN**, pessoa jurídica de direito privado, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos e multipatrocinada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.992.438/0001-00, com sede na Rua Ébano Pereira, nº 309, Centro, Curitiba/PR, CEP: 80.410-240, doravante **Recorrente**, vem, respeitosamente, com fundamento no arts. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e item 7.2.1. do Edital 001/2021 do processo seletivo supra citado, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão do grupo de trabalho representado pela Comissão Permanente de Licitação, doravante **Comissão**, para o processo de Implantação do Regime de Previdência Complementar do Município de Navegantes referente ao Processo de Seleção para Entidade Fechada de Previdência Complementar – **EFPC** – pelos motivos de fato e de direito abaixo aduzidos, em face de erro material plenamente sanável requerendo ao final a total procedência.

## DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

1. O resultado do certame foi consubstanciado na ata da **Comissão 002/2021**, lavrada em 22/11/2021 e publicada em 26/11/2021, concedendo prazo de **05 (cinco) dias** para sanar as pendências documentais, nos termos do item 9.3 do Edital<sup>1</sup> e nas seguintes condições:



<sup>1</sup> 9.3 Quando todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar, aos proponentes, o prazo de até 05 (cinco) dias para a apresentação de nova documentação.

*“O grupo de trabalho identificou que todas as entidades participantes deixaram de comprovar alguns itens obrigatórios exigidos no edital, diante disso, em atenção ao item 9.3 do edital, abre-se o prazo de 5 (cinco) dias para que as entidades apresentem a documentação comprobatória referente ao quesito não pontuado conforme detalhado no Anexo.”*

2. A **Comissão** entendeu que a ora **Recorrente** deixou de apresentar documento que comprovasse sua experiência como EFPC, tendo-lhe sido atribuído pontuação **“ZERO”** no requisito Fator B (Governança) item 3.

	Pontuação Mínima obrigatória	Fundação Banrisul	BB Previdê ncia	Família Providência	Fusan	Icatu	Mongeral	PrevCom	Real Grandeza	Fundação Viva
3 Experiência da EFPC	10	25	0	0	0	0	0	0	0	0

3. Contudo, em que pese o excelente trabalho conduzido por esta respeitável **Comissão** ver-se-á que houve um equívoco na apuração, plenamente sanável, e que os documentos apresentados nos termos do Edital, juntamente com a Proposta Técnica, evidenciam o cumprimento do pedido.

4. Assim, a **Comissão** poderá reconsiderar de sua decisão, o que se espera, nos termos do item 10.2.3. do Edital diante do Recurso apresentado com certificado expedido por autoridade certificadora ICP-Brasil, nos termos da MP 2.200-2/2001.

## DO MÉRITO

**a) Documentação apresentada conforme a proposta – Suprimento do requisito editalício – Cumprimento de ordem da Comissão**

5. Conforme falado, esta respeitável Comissão consubstanciou em Ata que todas as EFPC deixaram de apresentar algumas documentações, motivo pelo qual foi aplicado o item 9.3 do Edital.

6. Contudo, respeitosamente, vê-se que houve um equívoco pois a comprovação do requisito “Experiência da EFPC” deveria ser suprido pela “Comprovação por meio de registro na PREVIC” conforme se vê no Anexo I e reproduzido abaixo:

3) Informar a experiência da Entidade Fechada de Previdência Complementar (em anos)

Comprovação por meio de Registro na Previc.

7. Tal situação pode ser igualmente vista no Edital, quando das instruções para entrega dos envelopes, senão vejamos:





### 5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO

Até a data indicada no item 4, as entidades interessadas em apresentar suas propostas deverão encaminhar à Diretoria de Bens, Materiais e Serviços a documentação conforme especificado nos itens 4 a documentação a seguir em dois envelopes, conforme segue:

#### ENVELOPE 1

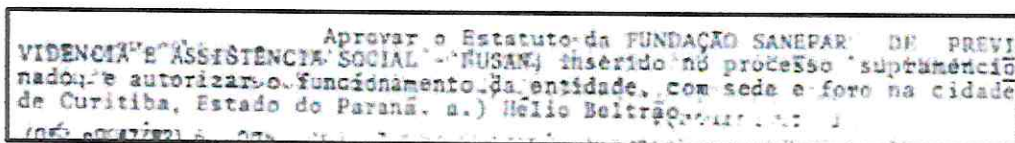
5.1. Do conteúdo do envelope 1

5.1.1 Carta de apresentação conforme anexo III

5.1.2 Cópia do Ato de registro da entidade junto ao órgão regulador: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

5.1.3 Apresentar-se em condição normal de funcionamento junto ao CadPrevic.

8. Ou seja, a Recorrente apresentou no Envelope 1 o Diário Oficial da União, aonde se demonstra claramente a sua autorização de funcionamento desde 1982, bem como documento oficial do site da PREVIC/CADPREVIC, intitulado Relatório da Entidade, que referenda tais informações, conforme destaques abaixo:



#### Diário Oficial da União de 08/06/1982

Perfil da Entidade	
Código:	0053-5
Sigla:	FUSAN
Fundamentação Legal:	LC 108 / LC 109
Tipo:	SOCIEDADE CIVIL
Patrocínio Predominante:	PÚBLICA MUNICIPAL
Qtd. Máx. de Diretores Executivos:	3
Qtd. Máx. de Conselheiros Fiscais:	4
Qtd. Máx. de Conselheiros Deliberativos:	6
Situação:	NORMAL / EM FUNCIONAMENTO
Qualificação Quanto ao Número de Planos:	MULTIPLANO
Data de Autorização:	11/06/1982
Data de Início do Funcionamento:	11/06/1982
Data de Encerramento:	-
Número do Processo de Criação:	00000.000242/6719-81
Expediente de Comunicação de Início de Funcionamento:	3011/1982
Outros Documentos disponível?	Sim

#### Relatório de Registro na PREVIC

9. Reparar que a Data de Autorização e Funcionamento atestado pela PREVIC (agente regulador) são de 11/06/1982. Assim, entende a Recorrente que

apresentou documentos que comprovam a sua experiência, nos termos do requisitado do instrumento editalício, presentes no Envelope 1.

10. Contudo, para que não pese qualquer dúvida e para que se cumpra o determinado por esta respeitável **Comissão**, a ora Recorrente apresenta novamente os documentos que comprovam sua vasta experiência em administrar os planos de previdência complementar, sendo digna então da pontuação correspondente ao critério ora disputado.

### DOS PEDIDOS

11. De todo o exposto, requer-se:

- a. Receber o presente Recurso, eis que tempestivo e apresentado nos termos do requisitado pela **Comissão** e no Edital;
- b. Conhecer do presente Recurso, eis que a Recorrente apresentou a documentação solicitada, reconsiderando da decisão inicial e atribuindo os pontos referentes ao requisito ora em comento;
- c. Em não sendo o entendimento, que se receba os documentos nos termos do requisitado na Ata 002/2021 para todos os efeitos e atribuindo a pontuação merecida pela Recorrente.

Nestes termos, pede e espera deferimento com os cumprimentos de ofício.

Curitiba, 29 de novembro de 2021.

DocuSigned by  
Cláudia Trindade  
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE 51442701000  
CPF: 51442701000  
Papel: Diretora-Presidente  
Data/Hora da Assinatura: 30/11/2021 17:53:13 BRT  
ICP-Brasil  
D0C1E95966C34490AE8F83D1C741222A

**Cláudia Trindade**  
**Diretora-Presidente**

**Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN**

### Documentos anexos

- a. Diário Oficial da União de 11/06/1982;
- b. Relatório CADPREVIC;
- c. Cartão do CNPJ.

## Relatório da Entidade

### Informações Básicas

CNPJ: 75.992.438/0001-00  
Número do Processo: 00000.000242/6719-81  
Razão Social: FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Nome Fantasia: FUSAN  
Natureza Jurídica PREVIC: PRIVADA  
Data de Cadastro: 18/06/2008

### Endereço

CEP: 80.410-240  
Endereço: R EBANO PEREIRA Nº 309  
Número: -  
Complemento: -  
Bairro: CENTRO  
Município: CURITIBA  
Estado: PR  
País: BRASIL  
Telefone: 4133079104  
Fax: -  
E-mail: NJU@FUSAN.COM.BR  
Site: WWW.FUNDACAOSANEPAR.COM.BR  
Observações: -

### Perfil da Entidade

Código: 0053-5  
Sigla: FUSAN  
Fundamentação Legal: LC 108 / LC 109  
Tipo: SOCIEDADE CIVIL  
Patrocínio Predominante: PÚBLICA MUNICIPAL  
Qtd. Máx. de Diretores Executivos: 3  
Qtd. Máx. de Conselheiros Fiscais: 4  
Qtd. Máx. de Conselheiros Deliberativos: 6  
Situação: NORMAL / EM FUNCIONAMENTO  
Qualificação Quanto ao Número de Planos: MULTIPLANO  
Data de Autorização: 11/06/1982  
Data de Início do Funcionamento: 11/06/1982  
Data de Encerramento: -  
Número do Processo de Criação: 00000.000242/6719-81  
Expediente de Comunicação de Início de Funcionamento: 3011/1982  
Outros Documentos disponível? Sim

### Estatuto da Entidade

Data da Aprovação: 03/04/2019  
Data Inicial de Vigência: 03/04/2019  
Data Final de Vigência: -  
Arquivo do Estatuto disponível? Sim  
Quadro Comparativo disponível? Sim  
Análise Técnica disponível? Sim  
Tipo do Documento: PORTARIA PREVIC  
Número do Documento: 257  
Data do Documento: 03/04/2019





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.992.438/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/01/1982
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUSAN		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.41-3-00 - Previdência complementar fechada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO R EBANO PEREIRA	NÚMERO 309	COMPLEMENTO *****
CEP 80.410-240	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CURITIBA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF PR
TELEFONE (41) 2193-838		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

provado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

emitido no dia 18/10/2021 às 08:47:37 (data e hora de Brasília).

SEÇÃO I



# Diário Oficial

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO CXX — Nº 109

SEXTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1982

BRASÍLIA — DF

## Sumário

ATOS DO PODER LEGISLATIVO.....	PÁGINA
ATOS DO CONGRESSO NACIONAL.....	10601
ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	10603
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	10603
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.....	10605
MINISTÉRIO DA FAZENDA.....	10607
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.....	10608
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.....	10642
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.....	10643
MINISTÉRIO DO TRABALHO.....	10653
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA.....	10654
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO.....	10659
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA.....	10659
MINISTÉRIO DO INTERIOR.....	10666
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.....	10681
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	10691
CONTRATOS, EDITAIS E AVISOS.....	10692
INEDITORIAIS.....	10693
ÍNDICE.....	10719
	10721

## Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 7.000, de 09 de Junho de 1982.

Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Gerencial de Projetos Navais - ENGEPRON e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a constituir uma empresa pública, na conformidade do inciso II do art. 5º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a ser criada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, denominada Empresa Gerencial de Projetos Navais - ENGEPRON, vinculada ao Ministério da Marinha.

Parágrafo Único - A ENGEPRON terá sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - A ENGEPRON terá por finalidade:

I - promover a indústria militar naval brasileira e atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pelo Ministério da Marinha; e

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material militar naval.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, considera-se indústria militar naval o segmento da economia aplicado à produção e manutenção dos meios necessários ao cumprimento das atribuições das forças navais, bem como a seus sistemas, equipamentos, acessórios e demais itens correlatos.

§ 2º - A ENGEPRON exercerá suas atividades diretamente ou através de subsidiárias.

§ 3º - Sempre que possível, a ENGEPRON descentralizará a execução de projetos, mediante contrato.

§ 4º - O Ministério da Marinha estabelecerá um programa de transferência, por etapas, das instalações, áreas e serviços que passarão à esfera de atividades da ENGEPRON ou de suas subsidiárias.

Art. 3º - Para a realização de suas finalidades, a ENGEPRON poderá:

I - captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, na execução de programas aprovados pelo Ministério da Marinha;

II - colaborar no planejamento e fabricação dos meios navais, pela transferência de tecnologia;

III - fomentar a implantação de novas indústrias no setor e prestar-lhes assistência técnica e financeira;

IV - estimular e apoiar técnica e financeiramente as atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor;

V - contratar estudos, planos, projetos, obras e serviços, visando ao fortalecimento da indústria militar naval no território nacional;

VI - celebrar outros contratos ou convênios considerados necessários ou convenientes pelo Ministério da Marinha;

VII - firmar acordos para a obtenção de meios necessários à execução de suas atividades;

VIII - executar outras atividades relacionadas com os seus objetivos.

Parágrafo Único - Na captação de recursos externos, serão observadas as prescrições do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e modificações posteriores.

Art. 4º - O capital inicial da ENGEPRON será de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), pertencente integralmente à União e constituído pelos bens referidos no art. 5º desta Lei.

Parágrafo Único - O capital da ENGEPRON poderá ser aumentado mediante a incorporação de valores ou recursos financeiros destinados a esse fim, de acordo com o parágrafo Único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º - É o Poder Executivo autorizado a transferir para o patrimônio da ENGEPRON, conforme o disposto nas



10692

## SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEXTA-FEIRA, 11 JUN 1982

GABINETE DO MINISTRO

Portaria nº 3.011 de 08 de junho de 1982

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 37 da Lei nº 6.435, de 15 de junho de 1977, e tendo em vista a manifestação da Secretaria de Previdência Complementar no processo MPAS nº 024.167/81, onde são apreciados e aprovados o Regulamento, o Plano de Benefícios e a Nota Técnica, resolve:

Aprovar o Estatuto da FUNDACÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUSAN, inserido no processo supramencionado, e autorizar o funcionamento da entidade, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. a.) Nello Beltrão

(UFG n° 47/82) A. Ochoa

SECRETARIA DE SERVICIOS MEDICOS

Portaria nº 204 de 04 de junho de 1982

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS MÉDICOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, item III, do Regulamento Interno da SSN, aprovado pela Portaria nº MPAS-318, de 23 de dezembro de 1975,

CONSIDERANDO a competência atribuída à SSM, pela Portaria nº MPAS-1.055, de 27.04.78, para estabelecer as modalidades de retribuição referentes a convênios e contratos com Terceiros, resolve:

1. - Incluir nos Procedimentos Especializados da Tabela de Remuneração dos Hospitais Universitários e de Ensino, convênios da na forma da Portaria nº MPAS/SEM/243/80 (Convênio Padrão), o item "Fonoaudiologia Crf 4.800,00 paciente/mês".

2. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. a.) Marlow kwitko.

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DESPACHO DO PRESIDENTE

PROCESSO Nº: MPAS-666.486/81

RECORRENTE : PAULO VALLONE SUC. DE NIVARD GUIMARÃES

ASSUNTO : DEBITO

O recurso interposto a esta instância reporta-se a débito consignado na DECISÃO NOTIFICAÇÃO nº 092/81, da Região Fiscal do IAPAS em Belo Horizonte - cen

pro no Estado de Minas Gerais, cujo valor, Cr\$ 29.004,14, na data de propositição do recurso interpretado à luz de jurisprudência, situava-se abaixo do limite vigente para efeito de alçada das JUS, conforme o disposto no art. 19 do art. 22 da Constituição - Lei no 72/66 (com a menor redução da Lei no 6.309/75 e do art. 1º do art. 207 da Constituição nas leis da Presidência Social - GLPS - 2). Assim sendo, com base nos pareceres conclusivos dos dispositivos legais, e na forma do art. 79 da Previsão no URPS-01/81, publicada no D.O.U. no 28, de 02/02/81, SEÇÃO 1, par. 2.020/21, quanto ao admitir, liminarmente, o recurso, o que foi interpretado por PAULO TALLONE, com sede no Tribunal do Estado de Minas Gerais, contra o recurso interpretado por PAULO TALLONE, CRPS-02/81, e publicado no Diário das Notícias, em 19/05/82, (a). Atuação de Oliveira Aguiar - PREVIDÊNCIA

DESPACHO DO PRESIDENTE :

PROCESO Nº : MPAS-572.409/92

RECORRENTE : KUNTZ COMERCIAL DE VEICULOS S/A.

ASSUNTO : DEBITO

O recurso interposto a esta Vara Especial reportar-se a débito consignado na DECISÃO-NOTIFICAÇÃO nº 24/81, de 19 Região Fiscal do PARANÁ, do Estado do Rio Grande do Sul, cujo valor, Cr\$ 33.535,61, na data de protocolação do recurso, estava depositado à Junta de Recursos, situar-se abaixo do limite vigente para efeito de alçada da JARPE, conforme as disposições do § 1º do art. 23 do Decreto-Lei nº 972/66 (com a nova redação da Lei nº 5.309/75) e do § 1º do art. 207 da Consolidação das Leis do Trabalho, sob o nº 125, do CLTS. 2º Assim sendo, com base nos supracitados dispositivos legais, e na forma da Lei nº 5.309/75, de 12/12/75, art. 1º, inciso II, alínea "a", nº 26, de 10/02/81, § 2º, I, item 1, da Lei nº 6.020/72, de 12/02/72, deixo de conhecer o recurso interposto por KURTZ COMERCIAL DE VEÍCULOS S/A., com sede em Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, contra a Resolução nº 2.575/81, de 26 JARPE/81. 3º Publique-se, registre-se e encaminhe-se à Junta em questão, para ciência e demais providências pertinentes. CAPS/GP, em 15/05/82. (c). Armando de Oliveira Assis - Presidência.

DESPACHO DO PRESIDENTE :

PROCESS NO : MPAS-672.628/01

RECORRENTE : Irmãos Marão S/A. MÁQUINAS E VEÍCULOS

ASSUNTO : DEBITO

O recurso interposto a esta Presidência reporta-se a débito consignado na PRECISO NOTIFICACAO Nº 002/91, da Região de JAPAS em São José do Rio Preto no Estado de São Paulo, cujo valor, C\$ 31.855,47, na data de apresentação do recurso interposto à Junta de Recursos, situava-se abaixo do limite vigente, para efeito de alçada das JAPs, conforme as disposições do § 1º do art. 23 do Decreto-Lei nº 72/64, (e, com a nova redação da Lei nº 5.309/75) e do § 1º do art. 207 da Constituição da República, e, portanto, não poderia ser objeto de recurso, sob pena de violação das disposições legais. Entretanto, tendo em vista que a publicação no D.O.U. nº 28, de 10/02/81, Seção II, Assin. 2.028, alterou constituintemente, a recurso interposto pelos TRAFEG MARIO S.A. MACHADO e VETULOS, em São Paulo de Paria Estado de São Paulo, contra a Resolução nº 3.809/81, do Conselho de Recursos, registre-se e encaminhem-se à Junta em questão, para ciência das partes e das autoridades pertinentes. DRESP/CP, em 29/03/81, (a). Armando de Oliveira Assis - PRESIDENTE.

(Of. n° 47/82)

REVISTA TRIMESTRAL  
DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Publicação mensal editada pelo Departamento de Imprensa Nacional e organizada pelo  
Serviço de Divulgação do STF

Assinatura anual (12 volumes): Cr\$ 800,00

Números avulsos: Cr\$ 8.000,00

Assinaturas: Podem ser feitas na Representação do DIN no Rio de Janeiro (Av. Rodrigues Alves, n.º 1) ou na sede do Departamento de Imprensa Nacional em Brasília, no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 6, Lote 800, das 8 às 17 horas.

Números avulsos: Os pedidos podem ser feitos nos locais acima indicados, ou nas Imprensas Oficiais dos Estados.